



Maus Tratos a crianças

E a sua prevenção



“A criança deve ser protegida contra todas as formas de abandono, crueldade e exploração” - princípio 9º da Declaração dos Direitos da Criança. Crianças e jovens têm direito ao respeito pela sua dignidade humana e integridade física. No entanto, este direito nem sempre é respeitado. Uma em cada 24 crianças sofre de abuso. Destas, 53% são rapazes.

Com este póster pretendemos:

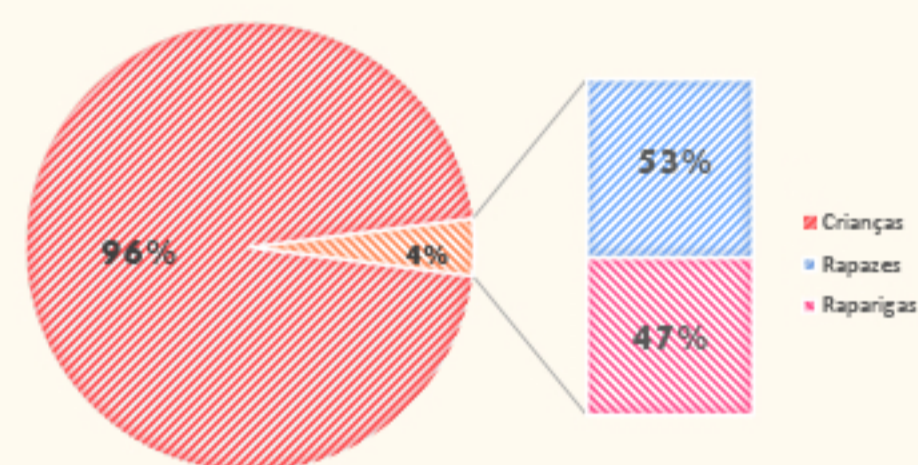
- Sensibilizar a população relativamente a este tema;
- Identificar as medidas mais utilizadas na prevenção dos maus tratos nas crianças e jovens;
- Averiguar a eficácia destas medidas na diminuição de maus tratos contra menores.

Recorremos aos dados do relatório anual da CPCJ de 2021 e 2017 e aos dados do INE. Como dados primários usámos os resultados de um questionário aplicado a 67 pessoas escolhidas aleatoriamente e com idade superior a 14 anos.

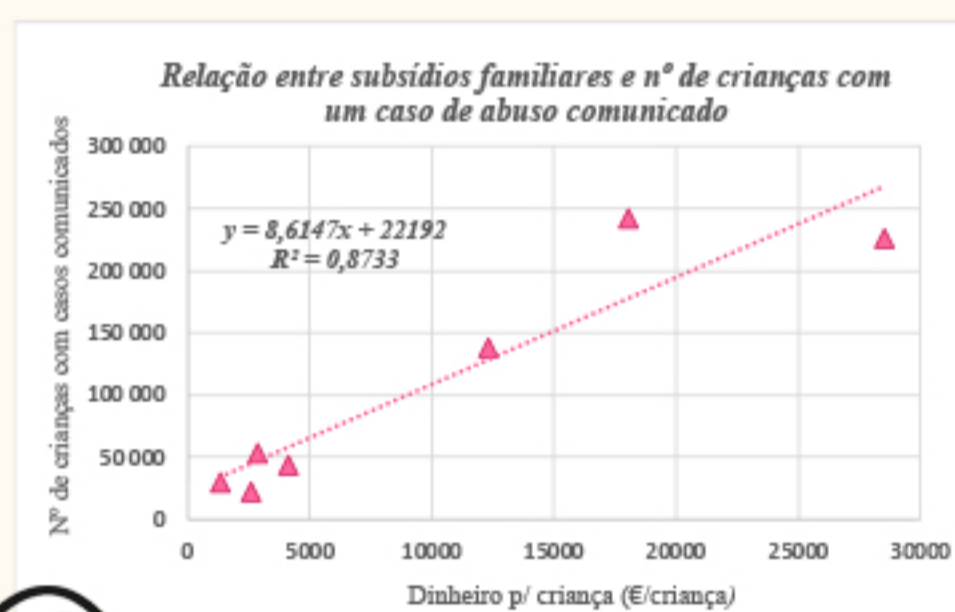
A WHO, World Health Organization, definiu um conjunto de 7 estratégias, INSPIRE, para a redução da violência contra crianças que têm estado a ser implementadas com sucesso um pouco por todo o mundo:

- Implementation and Enforcement of laws;
- Norms and Values;
- Safe Environments;
- Parent and caregiver support;
- Income and economic strengthening;
- Response and support services;
- Education and life skills.

CRIANÇAS ABUSADAS EM 2021



O número de casos de maus tratos infantis está fortemente relacionado (correlação positiva) com a quantidade de dinheiro concedida a cada região. Será que distribuir apoios monetários a famílias com necessidades aumenta a incidência de abusos a crianças e jovens?



Não, é um caso de correlação não causalidade. Apenas as famílias mais carenciadas beneficiam de apoios monetários, sendo nestas famílias que os maus tratos a crianças tendem a aumentar

Hipótese

Assistência monetária é eficaz a deter abuso contra crianças

Para averiguar a eficácia do apoio monetário é necessário olhar para a evolução da incidência de maus tratos infantis. Por exemplo, Terras de Bouro, no Norte, e São Roque do Pico, na região autónoma dos Açores, em 2021 tiveram uma incidência semelhante, mas Terras de Bouro recebe um número significativamente superior de abonos familiares anualmente por criança.

Tabela de Comparação

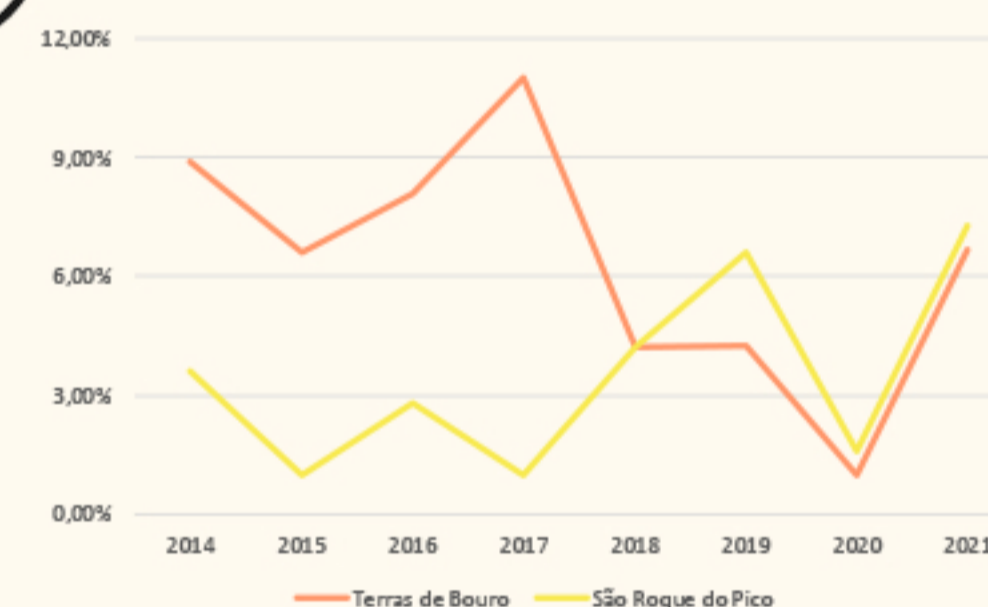
	Incidência de abuso de crianças(%)	Dinheiro atribuído por criança(€)
São Roque do Pico	7,28	1,49
Terras de Bouro	7,2	0,59

No questionário realizado, os inquiridos classificaram 14 medidas, 2 por cada estratégia, numa escala de 0 a 5 pontos. As respostas encontram-se representadas no gráfico a baixo. A implementação de leis e melhoria de acesso à educação foram referidas como muito eficazes, enquanto as medidas relacionadas com apoio aos pais e encarregados de educação e a ajuda financeira a famílias carenciadas foram consideradas como menos eficazes.



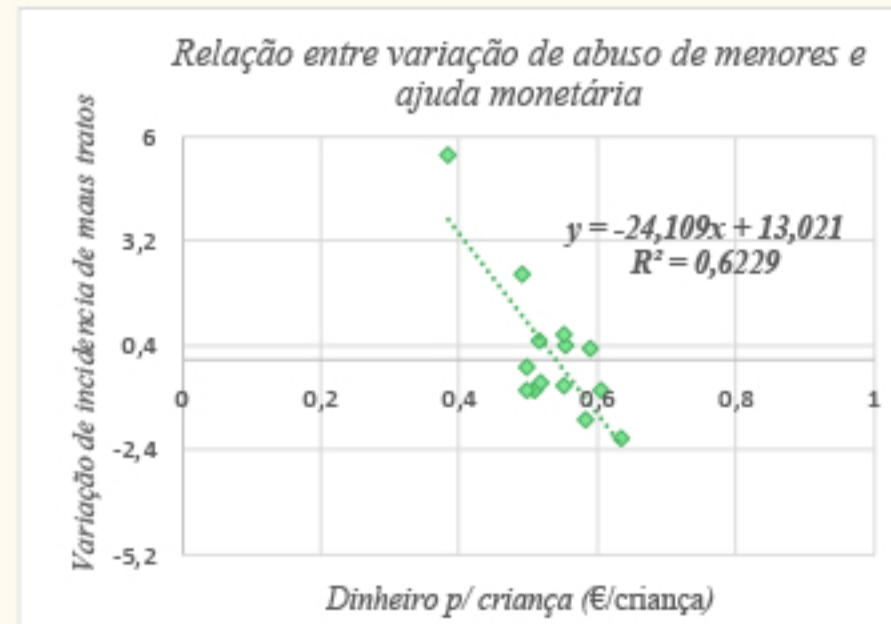
De entre os adultos, os que são responsáveis por menores tendem a avaliar as medidas de forma mais negativa que outras pessoas, com a exceção das medidas relacionadas com apoios monetários.

Variação de incidência de maus tratos a menores



Assim, ao longo dos anos a incidência de abuso a crianças em Terras de Bouro tem vindo a diminuir enquanto que em São Roque do Pico tem vindo a aumentar.

Relação entre variação de abuso de menores e ajuda monetária



Medimos a variação da incidência de abuso a menores, de 2014 a 2017, em várias localidades no distrito de Faro. Não tomámos em conta os dados mais atuais por não serem comparáveis devido à situação pandémica. Em alguns locais, a variação é negativa logo, há diminuição de casos de abuso de crianças, noutros há uma variação positiva e conseqüente aumento de abuso de crianças. Verifica-se que, à medida que aumenta o valor dos subsídios atribuídos, a taxa de incidência de maus tratos infantis tende a diminuir.

Conclusão

Através deste póster pudémos concluir que ao longo dos anos os casos de maus tratos diminuem consoante as regiões que recebem ajuda monetária, ou seja, o apoio financeiro a famílias carenciadas é eficaz para diminuir maus tratos a menores. Para além disso, com a elaboração e posterior aplicação de um questionário, foi-nos possível adquirir mais conhecimento acerca da opinião das pessoas relativamente ao abuso de crianças. Foram encontradas algumas limitações na realização deste estudo, nomeadamente, as respostas dos questionários foram recolhidas aleatoriamente, podendo não representar a realidade, e os territórios definidos pela CPCJ não são completamente iguais os definidos pela INE. No entanto, apesar disto consideramos o póster bem concluído.

